

**REVISTA DIREITO PÚBLICO (QUALIS A1)**  
**CHAMADA DE ARTIGOS – DOSSIÊS TEMÁTICOS**

Informamos a abertura da seleção de artigos científicos para os Dossiês Temáticos da **Revista Direito Público - Qualis A1**, com publicação prevista para **2019.2**. A **Direito Público**, periódico oficial do Mestrado e Doutorado em Direito do IDP, passa a fomentar o debate qualificado de temas de relevância acadêmica em cadernos temáticos, contando, para isso, com a coordenação de Professoras Doutoras com vasto conhecimento científico acerca dos temas propostos.

A publicação ocorrerá em formato digital no Portal de Periódicos Jurídicos do IDP, após submissão do artigo ao Conselho Editorial, por meio de cadastro no portal (<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/login>).

**1. DOSSIÊS TEMÁTICOS:**

<b>DOSSIÊS TEMÁTICOS</b>	<b>PRAZO ENVIO</b>	<b>EDIÇÃO</b>
<b>1. Acesso à Justiça, Carreiras Jurídicas e Administração do Sistema de Justiça</b>  <b>Coordenadora:</b> Profª. Drª. Luciana Silva Garcia  <b>Proposta:</b> As estratégias utilizadas pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outros grupos para influenciar as instituições do Sistema de Justiça quanto ao reconhecimento e garantia de direitos, em especial de populações em situação de vulnerabilidade. O recrutamento e formação das carreiras jurídicas, mobilização dos seus membros para ocupação dos espaços de poder, análises sobre a evolução e composição dos gastos com pagamento de pessoal das instituições do Sistema de Justiça. Experiências e análises sobre a gestão do Sistema de Justiça (incluindo ações de democratização das instituições, transparência dos dados, relação com outros poderes).	30.04	Ed. 88 - Jul/Ago 2019
<b>2. Ciências Criminais na Sociedade Contemporânea</b>  <b>Coordenadora:</b> Profª. Drª. Carolina Costa Ferreira  <b>Proposta:</b> As ciências criminais, definidas pelo conjunto composto por Criminologias, Políticas Criminais e Direito Penal, além do Processo Penal, têm passado por diversas transformações e, assim, despertam múltiplas possibilidades de debate no campo acadêmico. São temas relevantes para o debate as alterações legislativas que possam causar impacto em procedimentos criminais, na atuação do sistema de justiça criminal ou na execução penal; a importância da interseccionalidade no debate criminológico crítico; as diversas concepções teóricas sobre as políticas criminais adotadas para a defesa de determinados bens jurídicos; as discussões sistemáticas sobre a adoção de novas formas de condução	30.06	Ed. 89 - Set/Out 2019

do processo penal. A Direito Público, no dossiê “Ciências Criminais na Sociedade Contemporânea”, espera receber artigos que contribuam para um debate maduro sobre estes temas, a fim de contribuir para as reflexões no sentido da redução do encarceramento em massa no Brasil.

### **3. Proteção de Dados na Economia Digital**

**Coordenadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Schertel Mendes

**Proposta:** Ao analisar os mercados ricos em dados pessoais, Viktor Mayer-Schönberger afirma que "as inovações digitais das últimas décadas estão alterando as bases da nossa economia" (*Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*). Essa afirmação evidencia como os dados se tornaram ativos essenciais na economia digital e que as escolhas normativas e institucionais acerca de sua regulação podem ser decisivas na conformação da economia de um país. No Brasil, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) -, instituiu de forma pioneira um regime geral de proteção de dados pessoais, com o objetivo de proporcionar garantias aos direitos do cidadão ao mesmo tempo em que fornece as bases para o desenvolvimento da economia digital. O presente dossiê objetiva discutir a importância da proteção de dados para propiciar o livre fluxo de informação no mercado, ao ampliar a segurança jurídica no tratamento de dados e consolidar a confiança dos cidadãos nos serviços da sociedade da informação. Para fomentar o debate acadêmico sobre esse tema, selecionaremos artigos que abordem os seguintes enfoques: i) Modelo federativo, arranjo institucional e segurança jurídica na aplicação da LGPD; ii) Proteção de dados pessoais e direito antitruste: diferenças e convergências iii) Como garantir a efetividade dos direitos previstos na LGPD?; iv) Inteligência artificial, ética e proteção de dados; v) Fluxo internacional de dados: desafios institucionais e normativos.

30.09

Ed. 90 -  
Nov/Dez  
2019

## **2. NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS:**

- (a) Ao menos um dos autores deve possuir Título de Doutor;
- (b) Tamanho do texto: mínimo de 10 e máximo de 20 páginas (incluindo notas de rodapé e bibliografia);
- (c) Margens: inferior, superior, esquerda e direita de 02cm;
- (d) Tamanho do papel: A5 (14,8cm x 21cm) Alinhamento: justificado;
- (e) Fonte: Times New Roman, normal, tamanho 12 (corpo de texto); tamanho 09 (notas de rodapé); tamanho 13 (título); e tamanho 10 (citações e sumário);
- (f) Espaçamento entre linhas: 1,5;
- (g) Primeira linha de cada parágrafo com espaçamento de 2cm em relação à margem esquerda.
- (h) Nome, profissão, instituição, titulação, Orcid, endereço, telefone e endereço eletrônico do(s) autor(es) do trabalho;
- (i) Lista de 05 palavras-chave;
- (j) Resumo do artigo de 05 linhas (português e inglês);
- (k) Os artigos não devem conter qualquer tipo de identificação.

Posteriormente, os artigos recebidos serão remetidos para apreciação de pareceristas anônimos e do Conselho Editorial. A divulgação dos resultados da seleção de artigos ocorrerá com antecedência. Após a divulgação, os autores dos artigos selecionados terão prazo de 5 (cinco) dias para incorporação de possíveis sugestões dos pareceristas, devendo devolver o artigo completo e revisado para publicação. Os lançamentos estão previstos para o segundo semestre do ano de 2019.

Brasília, 25 de fevereiro de 2019.

**João Paulo Bachur**  
**Editor-Chefe**  
**Revista Direito Público – Qualis A1**